

A MATERIALIDADE (NÃO)VERBAL NA CONFIGURAÇÃO DA NOTÍCIA

Renata Marcelle Lara PIMENTEL¹

RÉSUMÉ: Cet étude cherché à comprendre le rapport entre le verbal et le non-verbal dans la constitution de la nouvelle téléjournalistique. On pose des question sur comment tel rapport est structuré et quelle façon il travaille ou entre dans la configuration de la nouvelle. La spécificité (non)verbal est observé comme matériellement constitutive du téléjournalisme. Le corpus est composé par quatre téléjournaux transmis dans la télévision commercial. Basé dans l'Analyse du Discourse, on observe que tel rapport ne se passe pas, nécessairement, de la même façon, dans les différentes matières, et dans la même matière. Ce rapport est affecté, d'entre autres choses, par la mémoire sociale inscrit dans un déterminé événement.

Introdução

Realizar análise de discurso é sempre instigante e inquietante ao mesmo tempo. Mais ainda quando os procedimentos metodológicos estão por se (re)fazer. No cenário da configuração de minha temática de pesquisa, o não-verbal é o componente complicador e possibilitador da investigação.

Complicador, pelo menos, por dois motivos. Um deles é que em telejornalismo – até onde pude investigar, no momento em que estou na pesquisa – não há uma discussão que trate o *não-verbal* como constitutivo da notícia em termos discursivos, mais especificamente proveniente de estudos filiados à linha francesa. O outro, porque, mesmo que o não-verbal já esteja sendo, há algum tempo, objeto de interesse em Análise de Discurso (AD), ainda não se construiu uma metodologia para essa materialidade não-verbal. O que há são tateamentos. Um agravante também se faz presente: a carência de estudo discursivo na relação estabelecida entre essas duas materialidades.

O elemento agravante é na medida mesma o possibilitador. É essa carência, geradora da dificuldade de uma leitura discursiva do telejornal em seus componentes constitutivos, que torna possível a pesquisa em questão. A minha tese parte da existência dessa *constitutividade* para buscar compreendê-la. Por isso, saber *como tal relação se estrutura e de que forma trabalha ou entra na configuração da notícia*, requer observar a materialidade (não)verbal, ou seja, verbal e não-verbal ao mesmo tempo, pois é na relação que o telejornal se configura.

Perguntar pela notícia é o que tem possibilitado a entrada no material e o estabelecimento do *corpus* específico de análise. Como cada uma vai se *configurando* de modo a *configurar* o telejornal. Esse é um caminho que se faz necessário *percorrer*

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/ Universidade de Campinas (Unicamp). E-mail: renatalara@cesumar.br

para que “A relação entre o verbal e o não-verbal na constituição da notícia telejornalística” possa ser discursivamente compreendida.

O material de análise

Quatro telejornais compõem o *corpus bruto* de análise, sendo veiculados em emissoras nacionais de tv comercial aberta: Jornal da Globo (Rede Globo); SBT Brasil (SBT – Sistema Brasileiro de Televisão); Jornal da Band (Rede Bandeirantes de Televisão) e Jornal da Record (Rede Record).

A escolha do material (critério de amostragem) deu-se por meio de uma seleção não-probabilística, do tipo intencional. Foram selecionadas três edições diárias de cada telejornal, exibidos nos mesmos dias, cronologicamente dispostos: 26, 27 e 28 de junho de 2006.

Levou-se em conta a atualidade do material, e o período específico coincidiu com o ritual da Copa do Mundo, significado, no meio midiático, como um grande acontecimento (*telejornalístico*). Além disso, tal atualização permitiu inserir no contexto da análise o SBT, já que no material piloto, datado de 2004, tal emissora fora excluída por não estar produzindo, naquela época, um telejornal nos mesmos padrões e horários aproximativos dos demais, recorrendo a noticiários tidos como “enlatados” (matérias produzidas em/por outros países, exibidas no telejornalismo nacional).

A suficiência ou não da quantidade de material, ou mesmo um possível excesso, está sendo avaliada no decorrer da análise. Validamos (eu e orientadora), até o momento, a quantidade tomada na pesquisa, considerando o interesse e a necessidade de aprofundamento e não de extensão analítico-discursiva, desde que esta permita investigar o discurso telejornalístico de comunicação de massa, tal como foi explicitado, e não apenas propriedades discursivas do telejornalismo desta ou daquela emissora.

Além da compreensão da especificidade material (*não-verbal*), o interesse pela pesquisa também se justifica pelo lugar que o telejornalismo ocupa hoje nas residências brasileiras e sua abrangência territorial e sócio-econômica.

Em busca de uma ‘teleAD’

A dificuldade na compreensão do telejornal em sua materialidade constitutiva, ou seja, na relação *verbal*-não-verbal, pode ter a ver com o que Wolton (1996: 315) chamou de “ambivalência da imagem cotidiana numa sociedade ocidental que ao mesmo tempo a deseja, promove-a, mas não sabe o que fazer dela e dela desconfia”.

Não se trata, portanto, de enaltecer ou criticar a TV. Isso já vem sendo feito em diferentes perspectivas voltadas para os conteúdos/produtos televisivos. O interesse centra-se no funcionamento discursivo dos telejornais, no processo, de modo a saber como os efeitos se dão.

Wolton (1996: 73-74) reconhece que há um “vácuo no conhecimento daquilo que é específico” da atividade da TV, ou seja, a imagem. E esta, segundo ele, “continua sendo o território não pensado da televisão”. A meu ver, este “não pensado” está na relação entre verbal e não-verbal, e é em meio a isso que se configura o interesse deste estudo.

Quando tomo a Análise de Discurso como referencial teórico e, ao mesmo tempo, método de investigação, procuro explorar suas contribuições na tentativa de problematizar o próprio fazer jornalístico e seus “produtos”. Mais especificamente no que se refere ao campo do não-verbal em análise de discurso, as contribuições de Eni Orlandi e de Tânia Souza constituíram referência inicial para o esboço da proposta de pesquisa.

Orlandi (1995) discute a existência de um *efeito de sobredeterminação* do não-verbal pelo verbal, que apagaria a especificidade do não-verbal, produzindo, assim, a ilusão de uma literalidade dos sentidos. A autora entende que “por esse efeito ideológico também a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito da transparência, da informação, do estável (ou, pelo menos, do diretamente decodificável)”. (Orlandi, 1995: 41-42)

Também ao discutir o verbal e o não-verbal, Souza (2001) traz questões importantes a ser consideradas, principalmente no que diz respeito a essa particularidade da AD em não reduzir a compreensão do não-verbal a um repasse deste pela linguagem verbal. Como Orlandi, defende que essas duas linguagens possuem especificidades, no plural.

Em relação à linguagem não-verbal, Souza entende que considerar a especificidade implica trabalhar a imagem em sua própria materialidade significativa e não a partir de uma tradução desta pela linguagem verbal, pois isso acaba mascarando as diferenças entre elas. Também requer entender como a imagem *constitui-se em discurso* e como ela “vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos como textos verbais” (Souza, 2001: 70). Entendê-la como discurso reivindica, portanto, como pensa a autora, a atribuição de um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não meramente descrever seus elementos visuais.

Em seu livro *Discurso e texto*, Orlandi (2001) apresenta um capítulo sobre “Televisão e Memória” no qual discute a idéia de literalidade do sentido (efeito de evidência) na tv – o que também chamaremos de “administração dos sentidos”, interdição à compreensão. A autora se refere à tv como instrumento da mídia que produz uma “homogeneização de seus fins”. Nesse sentido, a tv operaria no “processo produtivo”, onde haveria uma “reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado” (Orlandi, 2001:180). Seria o que ela chama de “variedade do mesmo em série”.

A televisão, ainda segundo a autora, apresenta-se como um “lugar de interpretação extremamente eficaz”, porque reduziria a memória (o interdiscurso, que é a memória inacessível ao leitor, pensada na relação com o inconsciente) a uma “sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos” (Orlandi, 2001:180). Isso significa que os sentidos são administrados de modo que a interpretação possibilitada é aquela “dada” pela tv, enquanto efeito de evidência, e que não apresenta (supostamente) motivos para ser questionada ou colocada em dúvida.

Nos telejornais, a possibilidade de se pensar a notícia é ainda mais reduzida, principalmente pela velocidade com que as informações são repassadas e pelo fato de não se ter a opção de retomar trechos que não foram compreendidos. Essas e outras especificidades implicam considerar as *condições de produção do telejornal* não sendo necessariamente as mesmas condições presentes no *jornal impresso* como o tempo/espço e a estruturação narrativa.

Ao oferecer o mesmo com roupagem de “novo” (espécie de pastiche), a informação sobrevive como qualquer outro produto. Mas não podemos desconsiderar o fato de que em meio à reprodução do “mesmo” há também a possibilidade do novo, ou seja, de outros sentidos serem disponibilizados.

Orlandi (2001:181) considera a tv como uma rede de sentidos horizontal, pois tudo se passaria no nível da formulação (intradiscurso). O eixo vertical, o da constituição dos sentidos (interdiscurso), ficaria intocado. Por isso, só produz a “variedade” em vez da “mudança”. A incompletude e a dispersão continuam existindo, ainda segundo ela, mas o que aparece é esse dizer ilusoriamente “literal” e onipotente.

Seguindo o pensamento da autora, seria possível dizer que nos telejornais as múltiplas possibilidades de sentidos presentes no “processo criativo” acabam sendo apagadas quando o “processo produtivo” sobrepõe-se como o único dizer possível, instaurando falas reprodutoras de supostas verdades que sustentam mitos de objetividade, neutralidade, presentes no discurso jornalístico, assim como no discurso científico, na condição de vozes autorizadas e confiáveis. Esses saberes ditos legítimos reproduziriam o “mesmo” como supostamente “novo”, prendendo os sujeitos à evidência de sentidos e impossibilitando qualquer ruptura com verdades instituídas. Embora o que se tenha sejam “versões”, como mesmo entende Orlandi, os sujeitos acabam “crendo” na existência de notícias que carregariam sua ‘própria verdade’ e realidade.

Justamente a ilusão do referencial, ou seja, assumir a existência de uma literalidade, faz pensar a linguagem como produção de informação, como conteúdo. Em nossa sociedade (ocidental, capitalista, letrada), o legítimo constitui-se pelo verbal, como discute Orlandi. Criou-se uma dependência (remissão) do não-verbal ao verbal de modo que “a complexidade do conjunto de signos de distintas naturezas se reduz a um processo de interpretação uniforme. Tudo se interpreta do mesmo jeito. É o efeito literal se reproduzindo em cadeia contínua em todas as linguagens” (Orlandi, 1995: 42).

A ilusão da literalidade do sentido é explicada por Mariani no que se refere às instituições (como é o caso da imprensa, por exemplo), no sentido de se perguntar *o que* ela diz e não *por que* diz de determinada forma: “o efeito imaginário da ‘existência’ de um sentido literal, neste caso, [ela se refere às instituições], é o vínculo a ‘conteúdos’, institucionais fixados aprioristicamente em função da ilusão de objetividade do real” (1999: 49).

Essa “administração dos sentidos” dá evidência a sentidos autorizados, aqueles que podem e devem ser ditos por determinação sócio-histórica de constituição institucional (empresa telejornalística), e silencia ou apaga sentidos que não devem ser ditos, aqueles não autorizados, supostamente excluídos no processo de seleção, hierarquização, estruturação. A ilusão de onipotência do sujeito (já que sujeitos, sentidos e discurso são incompletos, e a incompletude é o lugar de abertura ao simbólico, ao movimento de sentidos) também participa da produção do efeito de controle do não-verbal pelo verbal.

Tanto o *efeito de sobredeterminação* do não-verbal pelo verbal, presente em Orlandi (1995), quanto a especificidade do não-verbal e mesmo do verbal, em Souza (2001), estão sendo considerados. Do que não partimos é de uma idéia de efeito pré-existente de sobredeterminação ou de uma análise da especificidade do não-verbal, e mesmo do verbal, de forma isolada.

A (não) análise de “dados”

Difícil apresentar uma análise de dados, mesmo para um trabalho em andamento, quando ainda não se sabe se os mesmos serão ou não validados, antes por mim, como pesquisadora, do que pela comunidade acadêmica. Ou mesmo ainda se é possível falar em “dados”. Trabalho com, e em meio a, problematizações, além da problemática central de pesquisa. O ir e vir ao material e à teoria vai apontando para o *mesmo* e o *diferente*.

O percurso inicial de análise está sendo configurado a partir da interrogação sobre *o que é notícia no/pelo/para o telejornal*. Por se tratar de uma questão discursiva, não se parte de uma definição pré-formulada de notícia na literatura jornalística, como um *pré-construído*.

Outra questão estruturante é *que público é esse para essa notícia*. Se já se tem um público para a notícia, se é ele que requer essa notícia, ou se a notícia vai construindo um público para ela. Contudo, se sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo, se ao significar se significam, como se compreende em análise de discurso, *notícia e público podem estar sendo configurados ao mesmo tempo, na relação com o acontecimento e com a memória social? Como isso se daria?* Parto da configuração da notícia para compreender a configuração do telejornal.

Aberturas

A análise, que vai se configurando, tem possibilitado observar o telejornal em sua materialidade constitutiva. Esse é, na minha compreensão, até o momento, o ganho central da pesquisa. Se “não há ritual sem falha”, como pensava Pêcheux (1990: 17), só se pode observá-la na especificidade material. No caso deste estudo, pelo/no (não)verbal.

Referências Bibliográficas:

- MARIANI, B. (1999). “Discurso e instituição: a imprensa”. *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, 5, mar. , 47-61.
- ORLANDI, E. P. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995) “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”. *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, 1, mar., 35-47.
- PÊCHEUX, M. (1990). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 19, 7-24.
- SOUZA, T. C. S. (2001). “A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação”. *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, 7, mar. , 65-94.
- WOLTON, D. (1996). *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.